

ANDRÉA DOS REIS RAMOS

REGULAMENTAÇÃO E A COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão do
curso de Graduação de Licenciatura
em Educação Física, do
Departamento de Educação Física, do
Setor de Ciências Biológicas, da
Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

1994

ANDRÉA DOS REIS RAMOS

REGULAMENTAÇÃO E A COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão do
curso de Graduação de Licenciatura
em Educação Física, do
Departamento de Educação Física, do
Setor de Ciências Biológicas, da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Ms Claudio Miyagima

SUMÁRIO

RESUMO	iv
1.0.INTRODUÇÃO	01
1.1.JUSTIFICATIVA.....	03
1.2.OBJETIVO.....	05
2.0.REVISÃO DE LITERATURA	07
2.1.SOCIEDADE E EDUCAÇÃO - DETERMINAÇÕES E CONDICIONANTES QUE REFLETEM NA ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	07
2.2.FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	12
2.3.POSIÇÃO POLÍTICA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	17
2.3.1.Atuação Política-Alienação ou Compromisso?.....	17
2.3.2.Regulamentação e/ou Competência Profissional.....	21
3.0.CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

RESUMO

O presente trabalho, tem como objetivo, buscar subsídios sobre a regulamentação e a competência profissional do professor de educação física, considerando, implicações educacionais, políticas e sociais.

A pesquisa caracteriza-se como sendo de gênero teórico e tipo bibliográfico, onde aborda assuntos relacionados a regulamentação e/ou competência do profissional, tratando de questões a nível de sociedade e educação, como determinações e condicionantes que refletem na atuação do professor de educação física, mostrando os modelos sociais e as tendências pedagógicas que influenciam na construção da sociedade e conseqüentemente na atuação dos indivíduos que vivem nesta sociedade. Deste trabalho, faz parte ainda, a questão da formação profissional do professor de educação física, a qual é tratada a nível de campo de atuação, voltada a área formal ou não formal (Bacharelado e Licenciatura), deste profissional. O trabalho também aborda aspectos da posição política do professor de educação física, procurando mostrar sua atuação política na sociedade de hoje.

Ao final do trabalho, algumas constatações são apontadas, como a questão de apenas regulamentação não garantir a atuação do profissional de educação física no mercado de trabalho. Por outro lado, o que se observou é que também a competência profissional, não dará subsídios ao profissional para lutar por seus direitos. Com isso percebe-se a necessidade de que haja uma participação coletiva e uma reformulação de idéias e conceitos, por parte dos professores de educação física, para que se possa então, mostrar uma competência profissional, aliada a uma regulamentação da profissão.

1.INTRODUÇÃO

A educação física, tem um campo de atuação bem ampliado, ou seja, o professor de educação física pode atuar tanto em áreas formais, como em escolas de pré, 1º, 2º e 3º graus, assim como em áreas não formais (academias, clubes, escolas de natação, etc.). No entanto, o que acontece na prática, é que professores com habilitação, diplomados em 3º grau, tem encontrado dificuldades para se estabilizar em um emprego ligado a educação física. Alguns destes profissionais tem desistido de trabalhar com a educação física e tem partido para outras áreas de atuação, já outros tem resistido e se sujeitam a trabalhar por pouco e, encontra-se um número reduzido de professores de educação física que conseguiram atingir uma realização profissional que advém da educação física.

Observando-se esta situação dos professores de educação física é possível perceber que a profissão de educação física não tem uma legislação própria que garanta ao profissional a sua atuação, quando este sai da universidade. Este fato tem acontecido, devido a vários aspectos, como o barateamento da mão de obra, ou seja, fica mais econômico para um dono de academia ou de escola, contratar um leigo, um estagiário, ou ainda, um professor com formação de magistério, para trabalhar com a educação física, do que um profissional especializado, que passou por uma universidade. As obrigações fiscais e sociais são menores, em

relação aos menos habilitados.

Um outro fator que interfere no campo de trabalho do profissional de educação física, tem sido, o próprio profissional, que a cada dia tem perdido um pouco do seu espaço, por não se interessar em buscar mudanças e mostrar competência para realizar suas funções. Este fator, em análise feita por TOLKMITT (1994), tem sido bastante decisivo, no que se refere a conquista do mercado de trabalho, visto que os professores para lutarem por seus direitos o fazem isoladamente, ou nem fazem, não se organizam, nem em associações, muito menos fazem parte de algum sindicato.

Para SOUZA (1994) “o professor é muito elitista, não se acha trabalhador, mas ele é, na medida em que os conceitos do trabalho estão ligados a sua função”. Com isso, observa-se, então, que o professor de educação física parece não se interessar em mostrar competência para lutar por seus direitos.

Com a falta de competência profissional, aliada a falta de união da classe e a não regulamentação da profissão, o professor de educação física não pode ter garantido seu espaço profissional.

O professor de educação física, está assim como todos nós, inseridos num contexto social, e, fazendo parte deste, deve se manifestar, seja a favor ou contra, o que vê. CASTELLANI (1988, p.25) afirma que: Como o professor de educação física está hoje, fica difícil modificar ou transformar algo, pois grande parte dos

profissionais que trabalham com o corpo não tem claro em sua formação o que é a educação física, qual é o seu objeto de estudo, o que deve ser aplicado na educação física e a forma como deve ser feito. Portanto, ficam claras as dificuldades que o professor de educação física tem, em se posicionar sobre questões relacionadas a sua atuação, como no caso da regulamentação e da competência profissional. Isto indica que deve ser feita uma análise mais aprofundada para verificar que profissional está trabalhando com a educação física, quem são estas pessoas que lidam com seres humanos e como estão trabalhando com esta população.

A respeito de questões como estas da Regulamentação e Competência Profissional, faz-se necessário discutir aspectos ligados a formação profissional, a atuação do profissional de educação física na sociedade, a regulamentação da profissão de educação física e outros aspectos que podem assim determinar, um pouco de conhecimento, do perfil do profissional de educação física hoje encontrado na sociedade.

1.1.JUSTIFICATIVA

Um tema como o da regulamentação da educação física e o da competência profissional, tem que ser tratado com muito cuidado, e exige uma análise até

certo ponto aprofundada, isto porque, ao falar em regulamentação, estará se falando em leis, e, portanto, tratará da criação das leis e como elas são formuladas, por quem são feitas, quais as implicações políticas existentes nas leis, enfim vários aspectos que tem fundamental importância na criação de uma legislação.

No caso da educação física, aspectos como estes acima comentados, não são desprezados, porém, como diz LUBACHEVSKI (1994):

“a profissão de educação física, não tem regulamentação específica, a legislação pertinente diz que a pessoa que irá atuar em qualquer área, deve ter habilitação para realizar sua função”. No entanto, o que se percebe é uma legislação que não garante muitos direitos para quem é habilitado à trabalhar com a educação física, isto por que, na prática existem muitas escolas como as do Estado do Paraná e as da Prefeitura Municipal de Curitiba, que contratam professores com habilitação de magistério para ministrar aulas de educação física, como dizem TOLKMITT (1994), BOELL e MOURA (1994) respectivamente da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEE - PR) e da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC).

Desta forma, pode se perceber a não existência de legislação para a educação física, dificultando ainda mais a ocupação, por parte dos profissionais devidamente habilitados, a sua atuação no mercado de trabalho.

Abordando uma questão como a da competência profissional, faz-se necessário analisar a formação deste profissional, já que, esta formação irá determinar o tipo de profissional que irá atuar no mercado de trabalho. Por isso faz-se necessário que haja um conhecimento maior em relação ao profissional formado nas universidades, isto por que esta formação implicara em questões de como o professor de educação física poderá atuar sobre a questão de regulamentação da profissão de educação física, já que ele pode, não ter tido, uma formação política e social, que o permita analisar assuntos como este, por exemplo. Um profissional que não tem em sua formação noções de estruturação social, de formação política, e outras, muitas vezes pode não reclamar de suas condições de trabalho, por falta de conhecimento, portanto, pode ser um profissional que não tem formado em si, uma consciência coletiva, não lutando assim, pelos direitos de sua categoria de trabalho.

A pesquisa aqui proposta, justifica-se pelo fato de que pretende buscar subsídios sobre a questão da regulamentação da educação física e da competência profissional, considerando as implicações políticas e sociais que determinam um posicionamento por parte dos professores de educação física, em relação a própria questão, tentando auxiliar os professores de educação física, na discussão deste tema, criando condições para que possam ser feitas novas abordagens sobre o assunto e para surgirem novos posicionamentos.

1.2.OBJETIVO

Buscar subsídios sobre a questão da regulamentação e da competência profissional do professor de educação física, considerando as implicações políticas e sociais inerentes a questão.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. SOCIEDADE E EDUCAÇÃO - DETERMINAÇÕES E CONDICIONANTES QUE REFLETEM NA ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ao abordar aspectos relacionados a regulamentação da educação física e a competência profissional, faz-se necessário comentar a estrutura social que determina inúmeras proposições, inclusive a questão em pauta. São através dos modelos sociais que se constroem as práticas (dentre elas a pedagógica) que estão sujeitas as críticas, sejam elas positivas ou negativas, assim como, a manutenção ou transformação social. Nota-se uma interligação entre o modelo social e a prática do dia-a-dia, ou seja, um indivíduo ganha pouco por que vive em um país onde o objetivo é a exploração que tem beneficiado os detentores dos meios de produção. A classe trabalhadora ao alienar-se frente esta situação mantém este modelo de sociedade, por outro lado, o indivíduo ao não conformar-se com este quadro social, procura meios para melhorar e mudar esta situação, tentando a transformação deste modelo social.

Observa-se que o homem criando formas (linguagem, meios de comunicação, escola) de viver em sociedade, cria meios de manter estas formas,

meios estes que ao longo dos tempos foram se institucionalizando e se reforçando e com o passar dos tempos, foram também se modificando de acordo com o que a sociedade (que também foi criado pelo homem) queria de cada um. Portanto, como explica SAVIANI (1982) em sua obra, pode-se dizer que a sociedade é determinada por um modelo e também é determinante do mesmo.

Pode-se destacar modelos sociais como o liberal conservador e o transformador. Para LUCKESI no modelo liberal conservador:

O termo liberal não tem sentido de ‘avançado’, ‘democrático’, ‘aberto’ como costuma ser usado. A doutrina liberal apareceu como justificação do sistema capitalista que, ao defender a predominância da liberdade e dos interesses individuais da sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade privada do meios de produção, também denominada sociedade de classe. (LUCKESI, 1984 citado por MIYAGIMA, 1989, p.7)

Neste modelo, o que se destaca é a sociedade dividida em classes, onde aqueles que não detém os meios de produção devem se encaixar nas condições impostas por aqueles que detém estes meios, sem portanto, terem o direito de partir de condições iguais para a aquisição destes meios de produção. Num modelo como este, não se leva em conta as condições de vida de cada indivíduo, mas sim os objetivos finais. Quem conseguiu alcançar os meios de produção não quer perdê-los, por isso, se utiliza destes (poder adquirido através do capital) para permanecer onde está.

Outro modelo social, o transformador coloca o indivíduo como um ser que é determinado historicamente, mas que também pode determinar esta sociedade,

isto por que este indivíduo tem uma carga histórica, que deve ser considerada, e ampliada, levando-se em conta o indivíduo como um todo.

Portanto, como pode se observar, os modelos sociais estão interligados a sociedade e criam nela formas de se manter na prática.

Segundo DUARTE JR. (1991) alguns meios de comunicação, criados pelo homem que vive em sociedade, se estabeleceram com muita força e passaram a determinar a sociedade, como é o caso da igreja, redes de televisão, jornais, rádios, por exemplo, e porque não a escola que passou a ser uma instituição muito visada para a manutenção ou transformação de qualquer sociedade, como salienta. Ainda para este autor a escola tornou-se uma instituição visada, sendo lógico que ela torne-se então, um ponto fundamental de atuação do modelo social que deseja se impor. Sendo, portanto, a escola um local onde há a vinculação do saber científico, e sendo este saber, elaborado socialmente, fica clara a necessidade de se obter o controle desta instituição, bem como também de outras, para então se atingir o sucesso com a implantação de qualquer modelo social. Portanto, ao ter nas mãos o controle de uma instituição como a escola, que tem atuação sobre uma grande massa, e é quem transmite o saber elaborado, o modelo social que a detém, terá condições de dominar esta sociedade e mantê-la tal qual, como está.

Com isso, observa-se o papel de dominado e de dominante da escola, assim

como, de outras instituições que também são importantes para a manutenção de um modelo social.

Depois de analisar brevemente a questão da dominância do modelo social em relação a da sociedade, torna-se necessário tratar da relação da sociedade, com as tendências pedagógicas que apareceram ao longo dos anos, com a implantação de diferentes teorias acerca da educação.

Segundo CARMO, dentre as concepções de ensino pode-se citar: a Tradicional, a Nova e a Tecnicista. A concepção tradicional:

“era formada por classes razoavelmente numerosas e confiadas a um professor. A ele cabia transmitir aos alunos conhecimentos lógicos, sistematizados, baseados nos grandes modelos da cultura humana. Ao aluno restava assimilar os conhecimentos transmitidos, procurando na medida do possível, também repetir os grandes modelos culturais” (CARMO, 1985, p.13).

Portanto, esta concepção centrava sua ações no professor e mostrava uma dominação deste para com seus alunos.

A Escola Nova traduziu uma outra concepção de ser humano, diferente da Tradicional. CARMO (1985, p.20) diz que houve uma “...incorporação passiva dos métodos, importados, além de condicionar os professores e alunos aos princípios e valores estrangeiros, contribuiu de forma decisiva, para a acomodação e estagnação do conhecimento da educação física”. Esta concepção

explica o autor, coloca o aluno no centro do processo ensino - aprendizagem, está baseada em métodos importados principalmente dos Estados Unidos da América, que não tinham muito a ver com a realidade brasileira.

Na Escola Tecnista, que é apresentada por CARMO (1985, p.25), sendo implantada no Brasil por volta dos anos 70 onde, “algumas instituições de ensino melhoraram as condições de trabalho dos professores, construindo locais apropriados para a prática da educação física, adquirindo materiais e até mesmo remunerando melhor o docente”. Porém, continua o autor:

“mesmo estas novas tendências que invadiram o curso de Licenciatura e a comunidade de professores de educação física não conseguiram ainda levar os professores a superar os ranços de autoritarismo, diretividade e alienação dos antigos métodos importados dos quartéis militares”. (CARMO, 1985, p.25)

Com isso, observa-se que na concepção tecnicista a educação física tem um papel de alienação social, ou seja, não visa formar um indivíduo crítico e atuante, mas sim um ser que reproduz e mantém o que já existe.

CASTELLANI faz alusões a respeito das tendências da educação física no Brasil, assinalando três como sendo as de maior influência hoje:

“uma, que se apresenta na sua biologização, outra que se percebe na sua psico-pedagogização, e aquela última, que se reflete na educação física - sinais que possam vir a apontar sua inserção na proposta de uma pedagogia sedimenta-

se na classificação de Dermeval Saviani - na Concepção Histórico - Crítica da Educação” (CASTELLANI,1988, p.29).

Analisando as proposições que a história nos mostra a respeito de como a educação física se estruturou ao longo dos anos, percebe-se que não houve durante muito tempo o interesse de modificar a sociedade, mas que no entanto, surgiram concepções que tiveram um intuito de buscar mudanças. As pedagogias libertadora, libertária e histórico-crítica, vieram pois, buscar o avanço da sociedade (MIYAGIMA,1989, p.8). Dentre estas pedagogias a que mais se destacou e que vem sendo defendida por SAVIANI (1982) é a histórica-crítica, que segundo este autor centra sua idéia em oportunidades iguais de aquisição e assimilação do saber produzido historicamente pelas sociedades. A educação física, como toda a educação, também tem feito parte desta história e também participou da construção do saber, porém como diz CASTELLANI:

a educação física precisa se despir das vestes por ela então trajada (descaracterizá-la, portanto), pretendendo-se com o gesto de desnudá-la, desvendarmos e passarmos a entender a personagem por ela representada no cenário educacional armado pelo palco social brasileiro. Assim, ao vê-la nua, poderíamos resgatá-la em sua dimensão histórica, nela objetivando-se encontrar a sua identidade.(CASTELLANI, 1988, p.30-31).

Isto para que a educação física não fique, segundo CASTELLANI (1988) presa a preceitos, e receitas prontas, provindas de outras realidades.

2.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Costa coloca que:

O estágio contemporâneo brasileiro facilitou o número crescente de instituições de ensino superior, atingindo cerca de uma centena de cursos de licenciatura em educação física, ocasionando, anualmente um número superior a 4.000 profissionais, egressos desses cursos. Esses profissionais vem exercendo funções dentro e fora da escola, como professor de educação física curricular, técnico em desportos, professores de iniciação desportiva, de ginástica, de dança, como recreadores e outras (COSTA, 1992, citado por GEBARA, 1992, p. 209).

Partindo-se de dados sobre a realidade em que se encontra a educação física, vê-se o campo de atuação em que ela pode agir, para tanto faz-se necessário saber, como está sendo realizada a formação deste profissional que está por sair da faculdade. Já que a educação física tem a possibilidade de atuar em inúmeros campos, tem-se a necessidade de formar então um profissional capacitado a exercer suas funções em todos os setores que lhe seja permitido atuar. Por motivos como este, o da amplitude da ação da educação física, existe hoje em alguns locais do país, como na Universidade de São Paulo (USP) dois cursos distintos, sendo que a formação a nível de licenciatura responsabiliza-se por profissionais, capazes de atuar nas áreas formais, já o bacharelado capacitaria indivíduos a trabalhar em áreas não formais.

COSTA diz que para haver este tipo de divisão faz-se necessária uma:

longa reflexão teórica sobre o movimento humano em si mesmo, seu significado para o homem e para a sociedade brasileira, sua metodologia e avaliação sem a qual correr-se-á o risco de, ao assumir uma visão dicotomizada bacharel/licenciado, criar desvios, e deformações no sentido de uma formação tecnicista, na qual o bacharel exerceria funções fora da escola e o licenciado, na escola, tendo este a função do ensino do pré, 1º, 2º

graus, e aquele a função técnica (COSTA, 1992 citado por GEBARA 1992, p.218).

Por isso é preciso antes de tudo, identificar o profissional e seu campo de atuação, isto é, se ele será um professor generalista, que é formado sob uma perspectiva humanística, com uma licenciatura que lhe permitirá atuar em escolas de pré, 1º, 2º e 3º graus, área formal ou ainda na área não formal, como clubes, academias, etc. Ou terá uma formação mais específica de bacharel, que atuará em áreas mais tecnicistas, como as desportistas, da dança, etc. que lhes permitirão participar em sistemas não formais da educação física.

FARIA JR. aponta para as divergências que existem entre os professores que são responsáveis pela formação de licenciados em educação física. Este autor aponta universidades como a de Florianópolis (SC) e a Universidade Federal do Paraná como formadoras de indivíduos licenciados, entretanto, a Universidade de São Paulo, ou a Universidade de Santa Maria (RS), preparam seus alunos para serem bacharéis. A justificativa para tal, recai, segundo FARIA JR. (1987): “numa visão do profissional de educação física, para as necessidades de uma realidade urbana, de cidades de grande e médio porte, apontadas, em pesquisas sobre o mercado de trabalho, utilizando amostras não representativas”(FARIA JÚNIOR, 1987 citado por OLIVEIRA, 1987, p.26).

No entanto se por um lado a justificativa da existência do bacharel coloca-se no sentido, de que a necessidade de tê-lo em virtude do crescimento urbano das

idades, por outro lado aponta-se a importância de uma formação geral para o profissional, pois esta licenciatura lhe proporcionará uma visão mais ampliada e flexível da sociedade, como expõe FARIA JR. (1987), podendo assim, contribuir para ultrapassar as barreiras sociais, através de um exercício de uma consciência reflexiva e crítica da sociedade, a qual está inserido.

Ainda segundo FARIA JR.:

a distinção entre formação global e formação especial (habilitado, bacharel, etc.), não se justifica, pois se trata de formar o educador, o geral e o específico são partes integrantes e indissociáveis da formação pedagógica; uma formação especialista, ou seja, de bacharel, causa inconveniências como o esfacelamento da profissão, provocando agrupamentos corporativistas que terão que regulamentar a nova profissão, limitando cada vez mais o mercado de trabalho, criando privilégios de certos grupos sociais e dificultando a atuação crítica e consciente dos profissionais de educação física (FARIA JÚNIOR, 1987 citado por OLIVEIRA, 1987, p.28).

Ainda em se tratando da dualidade da formação profissional de educação física entre licenciatura e bacharelado, no parecer 215/87 do Conselho Federal de Educação (CFE), cujo relator foi o Conselheiro Mauro Costa Rodrigues, observa-se a tentativa de criar “duas profissões distintas, que preparariam profissionais com perfis específicos, porém com estruturas curriculares que se desenvolveriam dentro de uma linha de unidade, sendo a diferença, a ênfase atribuída”(CARMO, 1988, p.73).

Analisando a diferença pretendida pelo documento, a de que vai depender da ênfase dada pelo professor, causa um certo desconforto aos professores de

educação física, pois passa para o plano mais subjetivado do que objetivo, já que vai depender do desejo e da competência do professor ministrante e não de critérios que definam as posições das duas profissões, segundo CARMO (1988).

OLIVEIRA (1983 citado por GEBARA, 1988, p.231) analisando a relação entre o mercado de trabalho e a preparação do profissional, observa-se que os cursos de licenciatura procuram preparar profissionais para atuarem nas áreas de 1º e 2º graus, mas algumas evidências mostram que estes não são tão somente os campos de atuação, isto é, existem vários outros locais que o profissional de educação física, pode atuar (academias, clubes, centros desportivos, etc.) bem como, também se nota, uma tendência dos alunos dos cursos de licenciatura para a atuação nestas áreas não formais. Com isso, o que se percebe é que com a pouca existência de cursos de bacharelado em educação física, tem-se observado inúmeros candidatos, que por falta de opção, cursam a licenciatura, mas que no entanto, não pretendem assumir um compromisso com a causa escolar, tendo assim a formação inadequada de profissionais que provocam, por consequência, um baixo nível de ensino de educação física na escola.

Existe ainda segundo OLIVEIRA:

“a não proteção e/ou a indefinição de qualificação profissional do mercado de trabalho relacionadas com a educação física, na área não escolar em razão da não regulamentação da profissão ‘Educação Física’, e da inexistência de entidades

sindicais específicas” (OLIVEIRA, 1983 citado por GEBARA, 1988, p.231).

Podendo-se assim entender que qualquer pessoa inabilitada pode atuar na área da educação física, pois não existe legislação que não permita tal atuação.

Depois de analisar preposições e conceitos, sobre a formação profissionais, tem-se que atentar para discussões ainda mais aprofundadas sobre a questão, já que trata-se de um assunto que não pode ser esgotado em algumas páginas, devido a sua relevância.

2.3.POSIÇÃO POLÍTICA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

2.3.1.ATUAÇÃO POLÍTICA - ALIENAÇÃO OU COMPROMISSO?

Um profissional de educação física, que sai da universidade, tem várias opções, em inúmeras áreas, seja ela formal, como em escolas de 1º, 2º e 3º graus, ou ainda nas áreas não formais, como academias, escolas de natação, clubes, empresas, etc. entretanto, na realidade existe uma grande dificuldade para se encontrar um emprego que garanta uma certa estabilidade, a um recém formado.

Na prática, como diz LUBACHEVSKI (1994), o que se observa nas escolas de 1º e 2º graus, o profissional de educação física, nem sempre tem seu lugar garantido, isto por que, existem vários fatores (econômico, mão-de-obra barata),

que contribuem para não garantia do professor de educação física nas escolas.

Nas escolas por exemplo, alguns destes fatores, mostram-se vinculados à falta de regulamentação da profissão, aliado também a falta de competência profissional por parte dos professores, como salienta CASTELLANI (1988).

Segundo, TOLKMITT (1994), coordenadora do Departamento de 1º grau, da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, diz em entrevista que o profissional de educação física tem ficado alienado e não tem buscado conquistar o seu espaço, fica esperando que aconteçam mudanças, mas não procura auxiliar para que estas ocorram. TOLKMITT (1994) relata que: “a legislação é ultrapassada e imperra o processo educativo [...] a educação recebe salários baixos, mas não fazemos por merecer, com isso a classe dominante pode dominar com maior facilidade, pois não temos educação“. Como pode se observar, as dificuldades que ocorrem para a conquista de um espaço no mercado de trabalho, que no caso tem sido as escolas, parecem ser grandes e estão relacionadas a problemas de ordem ampliada como diz BRACHT (1994), coordenadora de 2º grau da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, ao afirmar em entrevista que: “os professores são cúmplices desta situação em que se encontra, o professor deve sim assumir seu compromisso político e sua função de professor”, sendo esta uma maneira de assegurar uma competência.

Na visão da Prefeitura Municipal de Curitiba, que nos foi passada em

entrevista concedida pelas professoras BOELL (1994) e MOURA (1994), ambas do Departamento de Educação da Prefeitura Municipal de Curitiba, afirmam que: “o profissional de educação física tem uma atuação boa (generalizando), como em todas as profissões, mas existem também os profissionais alienados e os competentes”.

A Prefeitura Municipal de Curitiba não exige uma obrigatoriedade de existência de um profissional especializado em educação física, podendo assumir a função, dentro da escola, o professor dito recreacionista que tem formação de magistério, isto porque na visão desta prefeitura: “é mais barato contratar uma recreacionista, que tenha apenas o magistério, do que contratar o professor de educação física”. (BOELL e MOURA, 1994). Com isto fica claro que, mais uma vez, o profissional de educação física não tem seu espaço garantido, nem por lei, nem por competência da parte do professor.

Diante de uma situação como esta CARMO diz que:

“o professor tem que decidir a favor de que e do que, e contra quem e o que desenvolve sua prática pedagógica. Não se admite mais educadores de posições apenas ‘neutras’. A própria contradição inerente a sua prática pedagógica exige que se posicione, pois a ‘neutralidade’ acaba por se transformar em um posicionamento” (CARMO, 1985, p.9).

Ao estudar, as opiniões a respeito da atuação política do professor, frente a

esta situação em que se encontra a educação física, observa-se que o professor de educação física tem pouco interesse em modificar esta situação, como diz TOLKMITT (1994), citando um exemplo de 1º a 4º série: “nós conseguimos um espaço para os professores de educação física, só que eles não querem assumir de 1º a 4º série, isto acontece por que eles só querem dar esportes e de 1º a 4º série, os conteúdos são outros, e eles não sabem trabalhar com a educação física escolar”.

Porém, SOUZA (1994), que atua na área de educação física da Prefeitura Municipal de Curitiba e nos sindicatos dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC) e na Associação dos Professores do Paraná (APP), diz que os professores até participam dos sindicatos de professores, só que nestes não existem comissões que discutam sobre as dificuldades da profissão de educação física, o que ocorre é que as discussões são globalizadas, analisa-se o todo e não uma área específica. Portanto, o que se pode observar é que existe, uma participação dos professores de educação física, nos sindicatos, mas o que leva estes indivíduos a se engajarem no sindicato nem sempre é o compromisso com a educação e com a sociedade, mas sim, as vezes eles são apenas nomeados, escolhidos para representar escolas e idéias corporativistas, dificultando assim a sua participação com as discussões propostas pelos sindicatos, conclui SOUZA (1994).

Na análise que SOUZA (1994) faz, dos professores de educação física, indica-se que estes profissionais tem uma certa influência dentro das escolas, “ou por que são comunicativos (organizam festas juninas, jogos, etc.) ou porque são vistos como diferenciados, já que eles, assumem seus cargos através de um concurso público, que exige a diplomação em 3º grau, supondo-se então, que estes professores tenham um nível cultural bom”(SOUZA, 1994). Continuando a análise deste professor, vê-se que esta influência dos professores de educação física da escola, não tem sido usada para discutir e analisar os problemas escolares, nem os problemas sociais, isto porque:

Os professores de educação física se acham diferenciados, como toda classe de professores em geral e portanto, não analisam e discutem os problemas enormes e primordiais. Os professores não se imaginam fazendo parte da classe dos trabalhadores, se colocam acima destes, se consideram intelectuais e conseqüentemente devem discutir problemas que dizem respeito ao seu nível e não a dos demais trabalhadores (SOUZA, 1994).

Para este professor (SOUZA), não só a regulamentação da profissão, bem como, nem só a competência profissional garantirá a atuação do professor de educação física, na escola, isto por que a educação física não sabe qual é o seu objeto de estudo e os professores não tem a consciência de que antes de serem professores, eles são trabalhadores, e que eles devem discutir questões mais sérias, ao invés de se fecharem em seu mundo.

2.3.2.REGULAMENTAÇÃO E/OU COMPETÊNCIA PROFISSIONAL

Segundo LUBACHEVSKI (1994), a profissão de educação física não é regulamentada. Esta, tem sido, uma afirmativa que a primeira vista, pode ser considerada como um dos grandes problemas da educação física, visto que, se ao sair da faculdade um professor não consegue uma colocação no mercado de trabalho (por que existem leigos em seu lugar), ele pode imaginar que se existissem leis que garantissem seu espaço, seu lugar estaria assegurado, como analisa LUBACHEVSKI (1994). No entanto, como foi anteriormente comentado no item 2.3.1, o professor de educação física tem um espaço para sua atuação, mas não o ocupa, ou não faz questão de o fazer (TOLKMITT, 1994).

As entrevistas feitas com professores como: SOUZA (1994), BOELL (1994), MOURA (1994), BRACHT (1994), LUBACHEVSKI (1994), TOLKMITT (1994), mostram que estes sentem que os professores de educação física parecem não querer trabalhar em escolas. Os referidos professores, logo acima citados, dizem que existem vários pontos negativos que tiram o professor de educação física da escola, pontos estes como baixos salários, o descaso do governo com a educação e conseqüentemente também com a educação física, falta de material, etc.

BOELL (1994) e MOURA (1994) dizem que: “muitos professores desistem da carreira profissional por estes fatores e outros mais”. Por outro lado estas mesmas professoras dizem ainda que: “a universidade não estimula os alunos a

procurarem suas leis e seus direitos”. Portanto, nota-se que o aluno sai da faculdade com uma idéia da educação física e encontra uma realidade diferente, desta forma analisa SOUZA (1994): “existe ainda o problema da falta de consciência de classe por parte dos profissionais que se acomodam e não lutam por nada”.

Entretanto, não seria só dentro das escolas o problema enfrentado pelos professores de educação física, mas também de clubes, academias, e outros locais de área não formal. CARMO (1985) diz que os profissionais de educação física encontram dificuldades ao sair da faculdade, pois a concorrência é grande e a legislação não garante a atuação do profissional da educação física, no mercado de trabalho.

Um aluno que ao terminar o curso de educação física, que sai licenciado, para atuar em escolas, ou em academias, clubes, etc. tem como amparo legal hoje a chamada Lei Zico nº 8672 de 6/7/93, que estabelece todas as normas legais do desporto nacional, como informa o assessor jurídico da Secretária do Esporte e Turismo do Paraná, SCHIMITT. Segundo este assessor, já citado, esta lei é que determinará as normas legais em relação ao desporto, porém, ele não afirma que existam leis específicas de regulamentação da profissão de educação física, mas na sua opinião:

“Na situação de hoje da educação física, deve existir uma regulamentação para

garantir a competência profissional, tendo que haver uma reformulação do currículo de 3º grau [...] a classe tem que se unir e provar que profissionais não habilitados nessa área, têm trazido prejuízo a quem atue nesta área” (SCHIMITT, 1994).

Entretanto, para muitos professores de educação física, como é a opinião de SOUZA (1994), BOELL (1994), MOURA (1994) e TOLKMITT (1994), apenas a regulamentação não seria necessária para garantir a atuação do professor de educação física no mercado, visto que, apenas as leis não garantem a competência do profissional.

Para LUBACHEVSKI (1994): “deve-se priorizar primeiro a competência profissional, sem se descartar a necessidade de uma regulamentação, porém sem usá-la como ‘bode expiatório’, isto é, colocar a culpa de todos os problemas da educação física na falta de uma regulamentação”.

Posicionamentos sobre a regulamentação, também ocorrem, quando se analisa o ponto de quem deveria garantir e fiscalizar a atuação dos professores de educação física, isto é, caberia esta função ao estado, sindicatos ou as associações de professores de educação física. O assessor jurídico da Secretária de Esporte e Turismo do Paraná, SCHIMITT (1994) afirma que pela lei Zico, o Estado só deve atuar em relação ao desporto, ficando as outras áreas da educação física, relegadas ao Conselho Superior dos Desportos. Já para SOUZA, BOELL e

MOURA (1994) os professores de educação física é que devem se organizar em sindicatos, para lutar por seus direitos e garantirem assim sua atuação através, não só da regulamentação, mas também e principalmente pela sua competência profissional, adquirida através de uma formação acadêmica adequada às prioridades do país.

Com relação as Associações de Professores de Educação Física, SOUZA (1994) diz que: “deveriam ter um caráter mais de organismo científico como o Colégio Brasileiro de Ciências e do Esporte, atuando em outras fontes, deixando para o sindicato a função de discutir e analisar questões ligadas a problemas de ordem nacional”.

O que se pode apontar a respeito desta questão, é que ela é complexa e deve ser ainda bastante discutida, porém o que não se pode fazer, é imaginar que apenas com a regulamentação da profissão de educação física, os problemas desta profissão estariam solucionados.

3.CONCLUSÃO

Ao deparar com um tema que propõe uma regulamentação e uma competência profissional, do professor de educação física, é possível que haja inicialmente a idéia de que com a regulamentação os problemas da educação física, estariam resolvidos, pois ao falar sobre regulamentos subentende-se, que existem leis, que são estabelecidas neste regulamento, portanto, é daí que surge a idéia de que se existirem leis, a profissão da educação física, teria o seu campo de trabalho garantido.

Entretanto, estudando e analisando as literaturas e as entrevistas feitas, relacionadas ao tema, pode-se perceber que nem só uma regulamentação garantiria ao profissional da educação física, sua atuação no mercado de trabalho. Um exemplo desta situação é colocado pelas professoras BOELL e MOURA (1994) da Prefeitura Municipal de Curitiba e a professora TOLKMITT (1994) da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, que afirmam existirem portarias que acenam para a obrigatoriedade da existência de um profissional de educação física habilitado nas escolas, mas que contudo na prática isto não tem sido efetivado. Este é um fato constatado pelas professoras, acima citadas, que dizem não existir uma fiscalização. Portanto, não existe, desta forma, a garantia de atuação nas escolas, por parte dos professores de educação física habilitados.

No caso da área não formal, o problema também existe, porque não existem leis que não permitam a atuação de leigos. Isto acontece porque, tem sido mais vantajoso economicamente, para os estabelecimentos que trabalham com a educação física, contratar, estagiários, leigos ou ex-atletas, e como não existem leis que os impeça de fazer estas contratações, estas ações continuam acontecendo.

Desta forma, mais uma vez se vê que a educação física não tem o seu valor reconhecido, pois não existe nada, legalmente falando, que faça com que o profissional de educação física tenha segurança em seu emprego. Para LUBACHEVSKI (1994) “todas as outras profissões de nível superior, como medicina, a engenharia, o direito, tem um respaldo legal [...] portanto, analisando por este aspecto a educação física, que é de nível superior, também deveria ter uma regulamentação”. No entanto, não é o que acontece.

Como foi citado acima, outras áreas profissionais talvez tenham adquirido seu espaço, e o fizeram de forma regulamentada, isto porque, houve uma união, por parte dos membros destas profissões (medicina, direito, etc.), e um interesse, na criação de órgãos que pudessem protegê-los, no que tange o mercado de trabalho (Medicina - Conselho Federal de Medicina - Direito - Ordem dos Advogados do Brasil, etc.). Com iniciativas como esta talvez tenha-se obtido resultados satisfatórios que levaram estas profissões, ao reconhecimento popular

e a valorização do trabalho.

Já na educação física, isto não acontece, o professor de educação física, não se percebe como um professor e muito menos como um trabalhador. Em depoimentos colhidos através de entrevistas, o que se observou, foi que a idéia que as pessoas tem do professor de educação física, é um indivíduo que se considera diferente, e desta maneira, ele precisa ser tratado diferentemente, pois, ele faz concursos específicos, para órgãos públicos, ministra as chamadas aulas especiais e trabalha com o corpo e não com a mente. Por estas e outras visões que o professor de educação física passa a sociedade, o que pode ser notado é que o professor não está fazendo questão de modificar esta imagem, ele tem ficado acomodado com a situação em que se encontra, e apenas reclama, porém não ajuda a sua classe a conquistar um espaço na sociedade.

Com esta visão separatista que o professor de educação física, faz de si mesmo, apontado por SOUZA (1994), torna-se difícil, fazer com que a sociedade respeite e constate a importância da educação física, isto porque, se nem as pessoas habilitadas conseguem melhorar a imagem da educação física, que dirá os leigos, que trabalham na área sem habilitação. Por tanto faz-se necessário que realmente os professores de educação física, em todos os seus níveis, tomem consciência e analisem sua situação na sociedade, procurem discutir e buscar soluções para os problemas que encontram.

A educação física tem sido descaracterizada, pois ao longo dos tempos ela vinculou-se a regimes governamentais, e a modelos importados, atendendo sempre a modelos sociais em vigência. Com isso, todo um trabalho de conscientização política e profissional que deveria existir, não existe, porque há poucas chances de um aluno de educação física receber uma formação que não priorize a técnica. CARMO (1985, p. 25) mostra as influências dos modelos importados, em nossa formação política e social, que nos impede, de analisar a educação física na sua real situação.

Além de questões como a formação profissional, existem no seu interior a discussão do Bacharelado e a Licenciatura, que fazem da educação física um ponto divisório, podendo torná-la ainda mais vulnerável, pois dividiria mais a classe dos professores e com isso favoreceria a atuação dos meios de coação do modelo social capitalista, com o qual convive-se para impedir que consiga-se algo em benefício da profissão. Mais uma vez o que se tenta fazer, é reduzir as chances de uma classe forte e unida para lutar por objetivos, aos quais entendem serem importantes a evolução da profissão e da sociedade, já que se há uma mentalidade aberta para discussões dos problemas profissionais, por que também não discutir os problemas sociais, que aparecem no dia-a-dia.

Após toda uma pesquisa, voltada para assuntos que são sentidos na prática pelos inúmeros professores de educação física, é que pode-se concluir que, nem só

de uma regulamentação da educação física, e tão pouco só uma competência profissional isoladamente tratadas, resolverão as dificuldades da educação física, pelo contrário é preciso que haja uma participação coletiva e uma reformulação de idéias e conceitos, por parte dos profissionais de educação física, para que aí possa se mostrar uma competência profissional aliada a uma regulamentação, que darão suporte às futuras mudanças de ordem social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOELL, Ester Figueiredo & MOURA, Marise. **Entrevista concedida pelas coordenadoras do departamento de educação física da Prefeitura Municipal de Curitiba**. Curitiba, 16 mai. 1994.
- BRACHT, Luciene Pereira de Cristo. **Entrevista concedida pela coordenadora de 1º grau da Secretaria Estadual de Educação**. Curitiba, 22 mai. 1994.
- CARMO, Apolônio Abadio do. **Educação física: competência técnica e compromisso político em busca de um movimento simétrico**. Uberaba: Universidade Federal de Uberlândia, 1985.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papyrus, 1988.
- DUARTE Jr., João Francisco. **O que é realidade**. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- GEBARA, Ademir et al. **Educação física e esporte: perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papyrus, 1992.
- GEBARA, Ademir et al. **Educação física e esporte na universidade**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação física e Desporto, 1988.
- LUBACHEVSKI, Julio. **Entrevista concedida pelo professor de educação física aposentado da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, 26 mai.

1994.

MIYAGIMA, Claudio. Avaliação em educação física. **Revista da Fundação de Esporte e Turismo**. Curitiba. VI p.01, 1989.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **Fundamentos pedagógicos da educação física**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1987.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1982.

SCHIMITT, Paulo Marcos. **Entrevista concedida pelo assessor jurídico da Secretaria de Esporte e Turismo do Paraná**. Curitiba, 16 mai. 1994.

SOUZA, Angelo Ricardo de. **Entrevista concedida pelo diretor do Centro de Educação Integral Erasmo Piloto**. Curitiba, 5 mai. 1994.

TOLKMITT, Walda Marcelino. **Entrevista concedida pela coordenadora de 1º grau da Secretaria Estadual de Educação**. Curitiba, 18 mai. 1994.